

**PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS AUTISTAS:
ESTUDO DE CASO EM GOIÂNIA – GO
TEACHING PROCESS LEARNING AUTISTIC CHILDREN:
CASE STUDY IN GOIÂNIA – GO**

Sabrina Andrade de Melo¹

Dr^a Maria Elisabeth Alves Mesquita Soares²

RESUMO: Este trabalho tem como principal objetivo apresentar um estudo de caso sobre o processo de ensino e aprendizagem de crianças autistas na educação infantil no município de Goiânia. Além de compreender como o campo afetivo e cognitivo auxiliam no processo educativo do aluno autista. Primeiro, traz a discussão das leis que amparam a inclusão do autista na escola de ensino regular. Após isso, busca conceituar à luz de teóricos da área educacional e psicológica o que é o autismo e métodos utilizados na área educacional para a alfabetização desses alunos. Em seguida, apresenta como a educação aliada ao campo afetivo é importante para a socialização e ampliação do repertório de experiências e sensações. Esta pesquisa contribui para ampliar reflexões sobre a educação inclusiva, principalmente de alunos autistas, e de como o campo afetivo é importante para as práticas educativas. Os procedimentos metodológicos incluem revisões bibliográficas, análise das entrevistas, cruzamento de fontes, leis referentes ao processo educativo inclusivo e sobre o autismo. O que se tem, é a importância da utilização de metodologias outras para a educação inclusiva que reforcem a afetividade e que auxiliem esses alunos a tomar consciência de si, dos outros, da sociedade em que se vive e do seu papel dentro dela.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Ensino e Aprendizagem. Afetividade.

ABSTRACT: This work has as main objective to present a case study on the teaching and learning process of autistic children in early childhood education in the city of Goiânia. In addition to understanding how the affective and cognitive fields help in the educational process of the autistic student. First, it discusses the laws that support the inclusion of autistic children in regular schools. After that, it seeks to conceptualize, in the light of educational and psychological theorists, what autism is and methods used in the educational area for the literacy of these students. Then, it presents how education combined with the affective field is important for socializing and expanding the repertoire of experiences and sensations. This research contributes to broaden reflections on inclusive education, especially for autistic students, and how the affective field is important for educational practices.

¹ Acadêmica do 8º período do curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação do Centro Universitário Alfredo Nasser no Semestre letivo 2020/2.

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Professora no Centro Universitário Alfredo Nasser.

Methodological procedures include bibliographic review, analysis of interviews, cross-referencing, laws regarding the inclusive educational process and about autism. What we have is the importance of using other methodologies for inclusive education that reinforce affectivity and that help these students to become aware of themselves, of others, of the society in which they live and of their role within it.

Keywords: Autism. Teaching and learning. Affectivity.

DATA DA SUBMISSÃO: 30.NOVEMBRO.2020

DATA DE APROVAÇÃO: 18.FEVEREIRO.2021

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é um estudo de caso sobre o processo de ensino e aprendizagem de crianças autistas ensino fundamental do município de Goiânia. Os problemas que levaram à esta pesquisa foram: no que às leis auxiliam o processo de ensino e aprendizagem da criança autista? Qual a finalidade da utilização dos materiais pedagógicos para o processo de inclusão? E como o desenvolvimento afetivo auxiliam no processo de ensino e aprendizagem do aluno autista?

O objetivo geral deste artigo é compreender como o campo afetivo e cognitivo auxiliam no processo de ensino e aprendizagem do aluno autista. E os objetivos específicos são: identificar as leis que amparam o processo de ensino e aprendizagem do aluno autista e analisar a utilização dos materiais pedagógicos para o processo de inclusão escolar e social.

O tema a ser discutido surgiu da necessidade de aprofundar os conhecimentos acerca da temática de inclusão, sobretudo o estudo de crianças com autismo. Sabemos que o Transtorno do Espectro do Autista (TEA) reúne desordens do desenvolvimento neurológico presentes desde o nascimento ou começo da infância, caracterizando assim prejuízos nas interações sociais, limitações na comunicação e comportamentos repetitivos. Dessa forma, o projeto tem como objetivo investigar sobre o próprio transtorno e às possibilidades de adaptações que a escola pode realizar para o convívio, para o processo de ensino e aprendizagem cada vez melhor. Como afirma Cleonice Bosa:

[...] o autismo é uma síndrome intrigante porque desafia nosso conhecimento sobre a natureza humana. Compreender o autismo é abrir caminhos para o entendimento do nosso próprio desenvolvimento. Estudar autismo é ter nas mãos um “laboratório natural” de onde se vislumbra o impacto da privação das relações recíprocas desde cedo na vida. Conviver com o autismo é abdicar e uma só forma de ver o mundo - aquela que nos foi oportunizada desde a infância. É pensar de formas múltiplas e alternativas sem, contudo, perder o compromisso com a ciência (e a consciência!) - com a ética. É percorrer caminhos nem sempre equipados com um mapa nas mãos, é falar e ouvir uma outra linguagem, é criar oportunidades de troca e espaço para os nossos saberes e ignorância (BOSA, 2002, p. 37).

A metodologia utilizada para a elaboração deste projeto é a exploração e leitura bibliográficas, por meio de livros, políticas públicas, educacionais inclusivas e artigos, com exercícios de erudição sobre às problemáticas e cruzamento de reflexões e interdisciplinaridade sobre determinadas temáticas. Ao falar sobre educação às leituras e teorias do Paulo Freire (1997), e políticas públicas e sociais acerca da educação inclusiva LDB 9394/96, Lei Berenice Piana nº 12.764/2012. Ao tratar sobre o autismo, Eugênio Cunha (2013; 2015), Ana Beatriz Silva, Mayra Gaiato, Leandro Reveles (2012) e Gustavo Teixeira (2013), assim como a temática da afetividade.

A partir disso, é preciso identificar quais fatores contribuem para o desenvolvimento intelectual e cognitivo desses alunos, por isso observar desde o processo do diagnóstico é importante, assim como a reação/aceitação dos pais, e acompanhamento médico, psicológico e educacional. Pois, como sabemos é preciso que a criança autista receba estímulos para uma melhor interação com os familiares, e essa preparação e atividades é importantíssima para o desenvolvimento educacional. As políticas de inclusão social e escolar é importante para a socialização e interação desses sujeitos autistas, assim como é uma forma de educar para o desenvolvimento da autonomia e oferecer-lhes uma experiência enriquecedora.

2 LEIS QUE AMPARAM A INCLUSÃO DO AUTISTA NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR

A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma no artigo 1º que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. E complementa no artigo 26º que toda pessoa tem direito a educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino fundamental. Dessa forma, a Constituição Federal de 1988, corrobora que a educação é um direito de todos, independentemente de raça, origem, sexo, cor, idade, ou qualquer outra forma de discriminação ou pré-seleção (BRASIL, 1988).

A educação é essencial para a humanidade, pois ela é diversa, e plural. É um palco de debates. E, por muita das vezes, complexa, pois, se trata do mundo em que esses sujeitos estão inseridos, suas realidades sociais, políticas e econômicas. Assim, a escola é uma instituição de formação e socialização dos sujeitos. A educação com a cidadania faz-se importante, pois a educação é uma socialização de cultura. Dessa forma, é cada vez mais necessário o debate acerca da inclusão nos diferentes espaços, principalmente no ambiente educacional/escolar.

A educação especial adquire grandes avanços em 1994, com a realização da Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha. É nesta Conferência com a participação de 88 governos e 25 organizações internacionais (UNESCO, UNICEF, Banco Mundial e entre outras) que é elaborada a Declaração de Salamanca, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas públicas e educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. O documento visava a necessidade de a educação de crianças com deficiência acontecer no sistema regular de ensino. O enfoque é incentivar a inclusão de todos os tipos de alunos na rede regular de ensino, especialmente os alunos com deficiência, de forma que a escola atenda às especificidades de cada um. Reforçando assim a ideia que toda criança tem direito a educação e ao acesso à escola regular.

No Brasil, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, reforçou o compromisso e destaque a Educação Especial. No capítulo V, que trata especificamente da Educação Especial, nos diz que:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Com o passar dos tempos, a inclusão foi estabelecida em algumas áreas sociais e algumas leis foram importantes para estes processos. Porém, é importante destacar que a educação inclusiva é um objetivo, é um ideal, que ainda está longe de ser alcançada no Brasil e em muitos países. É um longo caminho e que começamos a trilhar a pouco tempo. A professora e pesquisadora Maria Mantoan afirma que:

A escola para se tornar inclusiva, deve se acolher todos os seus alunos, independentemente de suas condições sociais, emocionais, físicas, intelectuais, linguísticas, entre outras. Ela deve ter como princípio básico desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir todos aqueles com necessidades educacionais especiais e os que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes, pois a inclusão não se aplica apenas aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência (MANTOAN, 2008, p. 143)

Dessa forma, podemos reforçar que a educação inclusiva é absolutamente necessária porque ela traz a diversidade, a riqueza da humanidade para a sala de aula, e humaniza os sujeitos para a formação de uma sociabilidade fora dos espaços escolares. Dessa forma, é preciso que os espaços formativos sejam valorizados pois são espaços possíveis para o trabalho com a autonomia, com a liberdade, com a experiência, às subjetividades de cada sujeito, com a coletividade e com a quebra de hierarquias, mas trabalha principalmente com a empatia.

A Lei 12.764/2012, conhecida como a Lei Berenice Piana, foi uma verdadeira vitória para todos os pais, profissionais e pesquisadores da área sobre autismo. A lei sancionada no governo Dilma Rousseff institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução. Logo, a lei caracteriza o que é o autismo:

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais (BRASIL, 2012).

De acordo com o professor e psicopedagogo Eugênio Cunha (2015, p. 20), o autismo compreende a observação de um conjunto de comportamentos agrupados em uma tríade principal: comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restrito-repetitivas.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta-se nos primeiros anos de vida. É uma síndrome complexa que apresenta diagnósticos comportamentais diferentes, mas todos possuem uma dificuldade de interação social. Acredita-se que o autismo se dá a partir de alterações biológicas, hereditárias ou não. Segundo Cunha:

O autismo tem diferentes níveis de gravidade e está relacionado com outros sintomas que começam na infância. Há casos severos de alteração comportamental, mas é absolutamente certo que o diagnóstico precoce, o tratamento especializado e a educação adequada propiciam mais independência e melhoram a qualidade de vida em qualquer nível do autismo, tornando a interação entre escola e família altamente relevante (CUNHA, 2015, p. 12)

O médico e pesquisador, da área em inclusão e educação especial, Gustavo Teixeira (2013, p. 179) complementa que às intervenções conjuntas englobando psicoeducadores, suporte e orientação de pais, terapia comportamental, fonoaudiologia, treinamento de habilidades sociais e medicação ajudam na melhoria da qualidade de vida da criança, proporcionando uma melhor adaptação no meio em que vive.

Segundo a lei Berenice Piana, são direitos do autista:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

- I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
- II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
- III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:
 - a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
 - b) o atendimento multiprofissional;
 - c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;
 - d) os medicamentos;

- e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;
- IV - o acesso:
- a) à educação e ao ensino profissionalizante;
 - b) à moradia, inclusive à residência protegida;
 - c) ao mercado de trabalho;
 - d) à previdência social e à assistência social (BRASIL, 2012).

Em relação a educação a lei acrescenta no artigo 7º que, o gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos. Dessa forma, é primordial que às escolas se tornem cada vez mais inclusivas, porque incluir é aprender junto. O grande foco na educação deve estar no processo de aprendizagem e não nos resultados, pois, nem sempre, eles virão de maneira rápida como esperamos (CUNHA, 2015, p. 32). Sendo assim, é cada vez mais necessário mudar a escola através da leitura de mundo, pois a função da escola é formar pessoas aptas para a convivência com a humanidade, com relacionamento social, interpretação do mundo e respeito com todos. Sendo assim, educar é ajudar a criança a tomar consciência de si, dos outros, da sociedade em que se vive e também do seu papel dentro dela.

3 COLORINDO O CONCEITO DE AUTISMO E DESCORTINANDO AS METODOLOGIAS PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O autismo é uma alteração no neurodesenvolvimento. O transtorno do espectro autista é um espectro de distúrbios que se manifesta nos primeiros anos de vida. É multifatorial, ou seja, não sabe ao certo qual origem sobre alterações hereditárias, biológicas ou não. De causa desconhecidas, o autismo é caracterizado pelos prejuízos apresentados em diferentes comportamentos estereotipados e em muitos casos repetitivos, além de dificuldades de comunicação social, interação com os outros, contato visual, atrasos na linguagem.

As manifestações do autismo se apresentam de maneiras diversificadas, pois dependendo do estágio de desenvolvimento e da idade do indivíduo. Por isso que o autismo é considerado uma síndrome que abarca diferentes níveis de comprometimentos. Segundo Eugênio Cunha (2015, p. 27) “a pessoa com autismo cria formas próprias de relacionamento com o mundo exterior. Não interage

normalmente com os outros, inclusive com os pais, e manuseia objetos insolitamente, gerando problemas na cognição, com reflexos na fala, na escrita e em outras áreas.” Geralmente alguns casos de autismos pode vir associado a problemas neurológicos e neuroquímicos.

Alguns sintomas como: resistência ao contato físico; retrain-se e isolar-se das outras pessoas; não manter contato visual; resistência ao aprendizado; não demonstrar medo diante de perigos reais; não atender quando chamada; não aceitar mudanças de rotina; hiperatividade física; agitação desordenada; calma excessiva; movimentos circulares e repetitivos do corpo; estereotípias; ecolalias; compulsão e entre outros sintomas que costumam apresentar no início do primeiro ciclo de desenvolvimento da criança. Dessa forma, podemos notar que o diagnóstico do TEA é um diagnóstico comportamental.

De acordo com os autores, Ana Beatriz Silva, Mayra Gaiato e Leandro Reveles (2012), afirmam que quando mais cedo forem feitos os diagnósticos e o tratamento, maior será a chance de a pessoa no espectro autista aprender a se socializar e desenvolver as habilidades de comunicação e interação que lhes parecem tão difíceis. Por isso é necessário do trabalho em conjunto de familiares, professores, médicos, fonoaudiólogos, terapeutas, psicólogos para o diagnóstico do TEA e dos tratamentos e intervenções necessárias para auxílio na melhora da qualidade de vida a criança autista e uma possível melhoria na adaptação no ambiente em que convive. Sendo assim, compreender esse transtorno é um ato de empatia, pois quando estamos dispostos a nos colocar no lugar do outro, é aprender a conviver e respeitar as diferenças.

A professora Karla Silva, afirma em sua dissertação de mestrado sobre inclusão que crianças com Transtorno do Espectro Autista não aprendem pelos métodos de ensino tradicionais, e para isso é necessário que haja adaptações curriculares, pois “há uma relação diferente entre o cérebro e os sentidos, e as informações nem sempre se tornam em conhecimento” (CUNHA, 2015, p. 31). Não devemos estar presos a uma educação tradicional que é um modelo de educação centrado na figura do professor que observa o aluno como um ser sem luz, uma tábula rasa, que não possui nenhum conhecimento ou mesmo experiência e precisa ser o receptáculo do conhecimento a partir do professor o depositário, o dono do saber, de todo o saber. Paulo Freire (1997) chama este movimento de educação

bancária. É uma educação que cada vez mais massifica o sujeito, ou seja, ela cria padrões de saberes e de sujeitos. Esquecendo assim que ensinar não é transferir conhecimento, mas sim criar possibilidades para os conhecimentos históricos desses sujeitos.

Assim, como afirma Cunha (2015, p. 32-33) o professor precisa aprender a se relacionar com a realidade do mundo autístico. Nessa relação, quem aprende primeiro é o professor e quem vai ensinar-lhes é o seu aluno. Reforça ainda que tudo passa a ter valor pedagógico: os usos, às habilidades e às atividades mais elementares da vida diária devem ser exercitadas, buscando o conhecimento funcional e mais destreza motriz. Teixeira (2013, p. 181) complementa que às atividades esportiva e de psicomotricidade auxiliam muito no desenvolvimento de habilidades motoras e de consciência corporal, melhoram a autoestima, estimulam a socialização e aumentam a inclusão dessas crianças em eventos escolares e sociais.

O método TEACCH (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com distúrbios correlatos da comunicação) foi desenvolvido na década de 60 nos Estados Unidos e é utilizado em vários países do mundo. Tem como principal objetivo adaptar o ambiente para o aluno autista mais facilmente compreender o que se espera dele. O método utiliza avaliações, levando em conta os pontos fortes e as maiores dificuldades do indivíduo, em um programa individual. É um método que pode articular o ensino escolar e familiar por meio dessas atividades lúdicas que buscam a independência para realizar atividades da vida diária.

Segundo Leon e Bosa (2005) TEACCH é um método que combina diferentes materiais visuais para aprimorar a linguagem, como áreas, recipientes de cores distintas para instruir sobre algum lugar correspondente, sobre sequências de atividades, com o objetivo de construir significados e habilidades específicas para o desenvolvimento da criança.

Outra técnica é o ABA (Análise Aplicada ao Comportamento), que segundo Gustavo Teixeira (2013, p. 180) consiste no estudo e na compreensão do comportamento da criança e de sua interação com o ambiente e às pessoas com quem ela se relaciona. A partir disso são desenvolvidas estratégias e treinamentos específicos para corrigir comportamentos problemáticos e estimular comportamentos assertivos e práticos. Esses métodos são praticados por psicólogos e profissionais

da saúde. Às abordagens pedagógicas em pessoas com autismo são de base comportamental. E isso requer do professor estudo, preparação e dedicação, como salienta Cunha (2015, p. 13).

Um recurso estimulante para alunos autistas é a técnica de rasgar jornal e brincar com água para aliviar tensões e desenvolver coordenação motora fina; usar tinta para rabiscar papéis indiscriminadamente com os dedos em forma de pinça, a fim de desenvolver a “pega do lápis”; subir escadas para atividades motoras mais amplas. (CUNHA, 2015, p. 63)

O uso de materiais que possibilitam o contato com diferentes formas de superfícies, profundidades, larguras, altura, peso e entre outras, propiciam aos autistas experimentos de sensações e texturas outras, assim como a contribuição para a redução da ansiedade.

4 INCLUSÃO: O CAMPO AFETIVO E COGNITIVO COMO ALIADOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO AUTISTA

O mundo exterior é estimulador para o aprendizado. Vivendo se aprende. A informação torna-se conhecimento. Brincadeiras com os pais, com os colegas e professores na escola podem ser uma forma da criança aprender através dos sentidos, porém essa afirmação não é válida para às crianças com autismo. Segundo Cunha (2015, p. 31) às crianças autistas há uma relação diferente entre o cérebro e os sentidos, e às informações nem sempre se tornam em conhecimento. Logo, a escola precisa aprender a lidar com a realidade dos educandos. No contexto do autismo, em termos práticos, podemos dizer que, primeiramente, o professor reconhece as habilidades do educando e as que devem ser adquiridas. É a constituição da aprendizagem no campo pedagógico. Em muitos casos, trata-se do início da comunicação, da interação entre professor e aluno (CUNHA, 2013, p.126).

Sabendo que o comportamento autístico além de haver um acentuado comprometimento do uso de múltiplos comportamentos não verbais (contato visual, direto, expressão facial, posturas e linguagem corporal) que regulam a interação social e a comunicação, pode ocorrer também atraso ou ausência do desenvolvimento da linguagem falada (CUNHA, 2015, p. 27). O professor deve conhecer o aluno, identificar suas habilidades e dificuldades como foco inicial. O processo de confiança e diálogo com esses alunos é primordial para a condução e

interação do trabalho pedagógico. De acordo com Cunha, na escola devem-se utilizar o afeto e os estímulos peculiares do aluno para conduzi-lo ao aprendizado, porque, na educação, quem mostra o caminho é quem aprende e não quem ensina. A observação é extremamente relevante na avaliação do grau de autismo. A observação, sem dúvida, é o primeiro passo para uma educação com resultados. É essencial atraí-lo para educar. Dessa forma, falar do afeto como prática pedagógica é dar sentido a proposição das atividades e realização das mesmas. Assim,

[...] as relações de mediação feitas pelo professor, durante as atividades pedagógicas, devem ser sempre permeadas por sentimentos de acolhida, simpatia, respeito e apreciação, além de compreensão, aceitação e valorização do outro; tais sentimentos não só marcam a relação do aluno com o objeto de conhecimento, como também afetam a sua autoimagem, favorecendo a autonomia e fortalecendo a confiança em suas capacidades e decisões. (LEITE E TASSONI, s/a, p. 20)

O afeto é um instrumento pedagógico que precede ao uso do giz e da lousa, todavia, não se tornou anacrônico. Ele é científico: ao consumir o afeto, o cérebro recompensa o corpo por meio da liberação de impulsos químicos que trazem a sensação de prazer e de alegria. Ser afetivo não é ser adocicado. Ser afetivo é utilizar o campo emocional como um eficaz e real instrumento pedagógico, mediando a aprendizagem, trabalhando a memória e a cognição. Em termos práticos, é trazer para o exercício pedagógico o interesse e o amor dos atores da escola. Um aluno que ama aprender aprende melhor; um professor que ama ensinar ensina melhor. Eugênio Cunha (2013)¹ em entrevista aborda o processo de afetividade na educação:

Podemos dizer que o afeto possui três dimensões: a pessoal, que desenvolve a autoestima do professor e do aluno, revelando as raízes da motivação e do interesse; a social, estabelecendo as relações com aqueles que estão no campo escolar e que podem tornar o ambiente instigante para a aprendizagem; a pedagógica, que estimula os vínculos do aluno e do professor com o objeto de estudo, produzindo a afinidade com o processo de ensino e aprendizagem, na troca de saberes docentes e discentes, na cumplicidade de fazer o percurso tão prazeroso quanto a chegada. Portanto, é necessário mergulhar nos afetos do aluno com autismo: descobrir seus interesses, desejos, sonhos possibilidades, dificuldades, enfim, conhecê-lo bem. O professor precisa descobrir quais habilidades ele já possui e quais precisam adquirir. Podem ser habilidades sociais ou acadêmicas. Sempre priorizando a comunicação e a socialização. Decerto, não há metodologias

¹ Entrevista do professor e pesquisador Eugênio Cunha ao Grupo de apoio educacional Autismos. Disponível em: <http://www.autismos.com.br/afetividade-e-autismo-eugenio-cunha/>. Acesso em: 03 de outubro de 2020.

ou técnicas salvadoras. Há, sim, a possibilidade de uma formação, considerando a função social e construtivista da escola (CUNHA, 2013, s/p).

Diante disso, pode-se afirmar que as práticas de afeto fazem parte da educação afetiva, ou seja, é um processo democrático em que todos os atores sociais desse processo educativo sejam sujeitos ativos desse processo, que apresentem vez e voz. A educação afetiva é caracterizada como um processo democrático, recíproco, flexível e que contém regras. Observar esses alunos como sujeitos ativos é ouvir ideias e opiniões dessas crianças, para que esses sujeitos se sintam inspirados, motivados e pertencentes do campo educacional, além disso ouvir as crianças é aprender com elas, é explorar o ambiente educacional e juntos desenvolver-se. A afetividade no âmbito educacional, é dar possibilidades para que o aluno seja capaz de ser autônomo, participativo através de interações sociais.

Dessa forma, a carga afetiva é fundamental para a superação das dificuldades de aprendizagem. A interação entre os atores do campo educativo favorece o desenvolvimento e o aprendizado. Interações essas que ampliam o repertório sociocultural, as experiências e sensações. Porque conhecer é interagir, é explorar o ambiente, é desenvolver.

5 O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS AUTISTAS: UM ESTUDO DE CASO

A infância é o momento mais colorido e divertido da etapa da vida, é uma fase marcada pela riqueza na aprendizagem, onde as crianças experimentam e vivenciam cada momento de forma única. A educação infantil é o acesso ao conhecimento, o processo de interações e mediações sociais que buscam a forma integral e com condições que favorecem a participação social de forma ativa dos sujeitos envolvidos nesse processo. Diante disso, esse tópico tem como principal objetivo apresentar um estudo de caso realizado com professoras do ensino infantil da rede privada de Goiânia, nas quais foram questionadas as experiências com o processo de ensino e aprendizagem de crianças autistas, assim como as dificuldades, as conquistas, as metodologias utilizadas e dentre outras.

O processo de alfabetização infantil é acompanhado de uma fase de transições e de espaços outros de convivências, de socializações, de regras, de atores. Mudar é um processo complicado para quase todos os sujeitos, mas isso

pode ser mais complicado com crianças autistas. Muitas crianças com autismo ficam ansiosas com mudanças e tem grandes problemas com transições. Eles não conseguem destinar seu tempo e atenção a outros aprendizados, dedicando todas as energias a um único foco de interesse (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012, p. 19). O pesquisador Eugênio Cunha (2015) afirma que os fatores que desmotivam e levam a irritação de alguns autistas, dentre os quais, o barulho, a mudança de rotina, o excesso de estímulos, as incertezas, as ansiedades, os conflitos e frustrações.

Ao serem questionadas sobre o processo de inclusão uma das entrevistadas afirma que *“para mim inclusão é a criança ser estimulada a fazer, ou tentar fazer tudo igualmente os outros colegas, porque se fizermos tudo separado para essas crianças onde está a inclusão, neste caso estaremos destacando cada vez mais essa diferença”*. A outra apresenta uma outra perspectiva, *“que com muitos alunos em sala de aula aprendi a trabalhar com recursos de inclusão nessa época eu trabalhava só com a alfabetização eu comecei adaptar as minhas aulas para inclusão mesmo não tendo aluno de inclusão, até porque a sala não é homogênea”*.

É preciso reforçar aqui que a pesquisadora Maria Tereza Mantoan (2008), afirma que é preciso observar a educação inclusiva para além da deficiência, pois ela deve ter como princípio básico desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir todos aqueles com necessidades educacionais especiais e também os que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes, pois a inclusão não se aplica apenas aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência. Além de reforçar que o aluno com autismo não é incapaz de aprender, mas tem uma forma peculiar de responder aos estímulos, culminando por trazer-lhe um comportamento diferenciado, que pode ser responsável, tanto por grandes angústias como por grandes descobertas, dependendo da ajuda que ele receber. (CUNHA, 2015, p. 68)

Em relação a metodologias utilizadas, *“quando eu trabalhei com essas crianças eu sempre tentei pesquisar para saber como agir, mas cada uma é uma. Minha metodologia é a do amor, do bem querer e da paciência”*, a outra complementa que *“é preciso cada vez mais atenção do professor, as atividades eram direcionadas, atividades q trabalhava imagens, as falas eram bem pausadas porque tem que fazê-lo entender o que está falando”*. Com isso, é preciso reforçar que como o TEA é um distúrbio do desenvolvimento neurológico, o mesmo apresenta déficit nas dimensões sociocomunicativas, na linguagem, e no

comportamento. Assim, técnicas como antecipação da tarefa, reforço com esse aluno, e além de técnicas de repetição exaustiva das instruções nas situações em que um novo trabalho seria iniciado. Essas práticas são adequadas e necessárias pois os alunos autistas apresentam dificuldades na compreensão da linguagem, e de lidar com sequências complexas. A criança com autismo tem dificuldades para reconhecer a utilidade das coisas, simbolizar, nomear e, por isso, passa a ter prejuízos na linguagem (CUNHA, 2015, p. 38).

Nas atividades, o educador convida o autista, chamando-o pelo nome; comunica o que irá ser realizado naquele momento. Tudo, a seguir, vai sendo nomeado e feito primeiramente pelo professor – caso não haja ainda autonomia – procurando constantemente cativar a atenção (CUNHA, 2015, p. 60). A afetividade e a interação entre professor e aluno transforma-se em realidade visível e palpável, ou melhor em dinâmicas outras de ensino e aprendizagem. A professora entrevistada afirma que,

“Meu aluno não gosta de som, não gosta de contato, ele gosta muito de cachorros, gatos então trabalho com ele o visual, ele não consegue escrever muito então utilizo os cards de sílabas, através desses cards ele já consegue escrever as sílabas e algumas frases, ter uma noção de espaço, raciocínio lógico. A metodologia utilizada com esse aluno é o card, que são as imagens com sílabas com pedaços de frases com rimas. Utilizo muito da técnica da consciência fonológica, falo repito. Eu trabalho o método da boquinha”.

O aluno não pode mais ser excluído da construção da sua aprendizagem, pois aprende nas suas trocas no mundo afetivo e social, ao mesmo tempo em que se torna o seu principal interlocutor na aquisição do conhecimento. A imaginação é importante nos estágios da aprendizagem, pois envolve brincadeiras que projetam futuros papéis sociais. Dessa forma, na educação é relevante que os comandos sejam diretos, as palavras e as frases possuam objetivos claros (CUNHA, 2015).

É preciso reforçar que a educação é uma via de mão dupla e isso fica evidente na fala das entrevistadas, *“bom a família é importante em todos os momentos, fases, processos, mas hoje em dia são poucas as que possuem essa consciência. Muitas acham que pelo fato de estarem pagando querem ver um milagre acontecer, sem ter o trabalho de ajudar. Mas isso infelizmente não acontece. Todos devem estar envolvidos nesse trabalho, como eu digo, é uma parceria”.* A outra entrevistada reforça que *“em sala de aula, com a sala lotada o professor não consegue dar a devida atenção que o aluno precisa. O aluno autista sem apoio em*

sala ele não consegue render, porque o professor não consegue dar a devida atenção a esse aluno. Agora o aluno tendo uma aula de reforço, consegue um bom desenvolvimento em suas atividades. É muito importante chamar a atenção desse aluno para você, para que assim tenha uma boa relação, um vínculo que o atraia para o certo. Os métodos utilizados em aulas devem ser aqueles que o autista gosta e usar isso ao seu favor, e com isso atrair um pouco de atenção da criança. É preciso carinho e afeto nesse processo.”

Mesmo diante das inúmeras fragilidades expostas pelas entrevistadas e da distancia entre a teoria e a pratica do processo formativo, é preciso evidenciar que é com orientação, apoio e estudo de metodologias outras que o processo educativo se forma, pois os atores do campo educacional estão numa constante troca de ensino e aprendizagem.

O processo de ensino e aprendizagem do aluno autista deve ser realizado de uma forma satisfatória, que a interação entre aluno-professor, aluno-aluno, aluno-família-escola favoreçam no desenvolvimento e aprendizado, pois o processo de educar é ajudar a criança a tomar consciência de si, dos outros, da sociedade em que vive e também do seu papel dentro dela. Esse processo deve ser realizado da forma mais colorida, animada e afetiva possível, pois sabemos que é a partir dessas formas que a educação se dá e realiza de forma satisfatória.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação deve ser compreendida como um processo de acesso ao conhecimento e direito de desenvolver-se de forma integral e com condições que favorecem a participação social de forma ativa, desde a educação infantil.

Esse artigo teve como objetivo apresentar os resultados obtidos a partir de uma entrevista com professoras de alunos com TEA da educação infantil de uma escola da rede privada de ensino, situado na cidade de Goiânia, e como as práticas e métodos desenvolvidos foram capazes de transformar e marcar o processo educacional. Ao longo das leituras bibliográficas e com as análises das entrevistas é possível perceber a importância de metodologias outras para educação inclusive e principalmente da afetividade para fortalecimento e êxito desse processo educativo.

As técnicas, métodos de aprendizagem utilizadas com os alunos da educação infantil faz-se necessário para o fortalecimento dos processos de interações sociais, além do objetivo fim da educação infantil que é desenvolver a comunicação, a inteligência, a autonomia, a convivência e entre outras. Para alunos com autismo, além de todos esses citados, auxilia no controle e eliminação de condutas do autismo, na clareza e linguagem expressivas e resistência as frustrações. Nas análises das referências bibliográficas e das entrevistas, fica evidente que os processos de aprendizagem dos autistas são mais lentos e precisam de exploração criativa, aperfeiçoamentos para que obtenha sucesso nas práticas educativas na escola e na família.

As interações entre aluno e professor favorece o desenvolvimento e o aprendizado. Ao conhecer seus alunos e suas características, o professor pode pensar e elaborar procedimentos e técnicas de desenvolvimentos de habilidades para o êxito da prática educativa. Ao conhecer esse aluno, os professores estabelecem uma educação afetiva e recíproca que ambos aprendem durante esse processo, lembrando assim que a educação é um acesso ao conhecimento e direito de desenvolver-se de forma integral e com condições que favorecem a participação social de forma ativa. Dessa forma, é necessário práticas educativas inclusivas.

Portanto, é preciso que as relações de mediação e aprendizagem realizadas pelo professor devem ser permeadas sempre por sentimentos, pela afetividade. Sentimentos de acolhimento, simpatia, respeito, compreensão, aceitação e valorização do outro devem estar presente em toda as práticas educativas. A afetividade no desenvolvimento educacional não marca só a relação entre professor-aluno, aluno-aluno, mas também com o objeto do conhecimento, além da sua autoimagem, o que favorece e fortalece a sua autonomia, sua confiança, suas capacidades de decisões e convivências.

O ato de ensinar e de aprender envolve afetividade, cumplicidade, respeito. É um processo democrático em que todos os atores do processo educacional têm vez e voz. É um planejamento em comum e que todos saem ganhando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSA, Cleonice. **Autismo**: atuais interpretações para antigas observações. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto; BOSA, Cleonice. **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de dezembro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro Autista: e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Casa Civil, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 13 ed. 2015.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 6 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1997.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva; TASSONI, Elvira Cristina Martins. **A afetividade em sala de aula**: as condições de ensino e a mediação do professor. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/alle/textos/SASL-AAfetividadeemSaladeAula.pdf>. Acesso em 17 de outubro de 2020.

LEON, V; BOSA, C. As propriedades psicométricas da versão brasileira do PEPR. **Autismo** (no prelo). 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular**: entenda o autismo. São Paulo: Fontanar, 2012.

SILVA, Karla F. W. da. **Inclusão escolar de alunos com deficiência mental: possíveis causas de insucesso. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.**

TEIXEIRA, Gustavo. **Manual dos transtornos escolares**: entendendo os problemas de crianças e adolescentes na escola. 2 ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2013

AGRADECIMENTOS

Em primeiro em lugar, agradeço a Deus pelo dom da vida e por ter me dado saúde, capacidade e sabedoria para superar todos os momentos difíceis ao longo dessa caminhada.

Gostaria de agradecer aos meus pais, Reginilda e Antônio Marcos, por serem essenciais na minha vida, assim como meus irmãos e amigos que me incentivaram a ser uma pessoa cada vez melhor.

Deixo aqui minha eterna gratidão ao Programa Bolsa Universitária da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), por me ajudar a custear os estudos desde o início da graduação. Sem programas assim talvez esse sonho seria impossível. Obrigada!

Gratidão aos professores da instituição Alfredo Nasser, por me proporcionar uma enriquecedora troca no processo de ensino e aprendizagem. Em especial, gostaria de agradecer a minha orientadora Dra. Maria Elisabeth Alves Mesquita Soares por toda paciência, dedicação e carinho em conduzir o trabalho da melhor forma possível. Obrigada por todas as conversas, orientações e pela troca. Aprendi muito com você.

Por último, mas não menos importante, as professoras da educação infantil que gentilmente contribuiu para a conclusão dessa pesquisa, respondendo o questionário e compartilhando práticas e saberes de experiências com alunos autistas. Com a ajuda de cada uma, de cada palavra de incentivo, esse sonho foi possível, pois educação se faz com troca e afeto.

Obrigada!